

IX CONGRESSO DA GEOGRAFIA PORTUGUESA

Geografia: Espaço, Natureza, Sociedade e Ciência

Universidade de Évora

28, 29 e 30

NOV 2013



ORGANIZAÇÃO

Teresa Pinto Correia

Virgínia Henriques

Rui Pedro Julião

ISBN: 978-972-99436-6-9



Diversidade e adversidade urbana, uma oportunidade de retorno da atividade agrícola em meio urbano. O caso estudo de Évora

Isabel Joaquina Ramos ^{1,2}, Maria Freire ^{1,3}

- 1) UE – DPAO (Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento), Portugal
- 2) UE – ICAAM (Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas), Portugal
Universidade de Évora, Apartado 94 – 7002-554 Évora; 266 745334
- 3) UE – CHAIA (Centro de História de Arte e Investigação Artística), Portugal
Universidade de Évora, Apartado 94 – 7002-554 Évora; 266 745334
iar@uevora.pt; mcmf@uevora.pt

Resumo

A expansão dos perímetros urbanos determinou a prática de transformação de solo rural em solo urbano, fazendo aumentar, entre outros, as áreas impermeabilizadas e a dispersão e fragmentação funcional e espacial. Évora não foi exceção. Atualmente, muitas das áreas previstas para habitação, terciário e indústria estão expectantes e/ou abandonadas ou em processo de decadência. Em contraponto, assiste-se a uma nova procura de funções em meio urbano, nomeadamente as designadas hortas sociais ou urbanas.

Pretende-se observar tais dinâmicas, analisando os solos agrícolas envolventes ao recinto murallado de Évora (potenciais solos Reserva Agrícola Nacional) e quantificam-se as áreas que, nessa categoria e nesse perímetro, passaram de solo rural para solo urbano. Comparam-se ainda estas áreas com as previstas para responder à procura das referidas hortas.

Este análise leva a uma proposta de reconversão funcional de muitas áreas construídas bem como ao retorno às funções produtivas, ligadas à atividade agrícola em meio urbano.

Palavras chave : *reconversão funcional, solo agrícola e solo urbano, recreio e produção, solos RAN*

1. Introdução

Nas últimas décadas, a significativa expansão dos perímetros urbanos levou a que muitos municípios tornassem prática frequente a transformação de solo rural – muitas vezes com potencialidades para ser classificado como Reserva Agrícola Nacional (RAN)¹ – em solo urbano, fazendo aumentar, entre outras consequências negativas, as áreas impermeabilizadas e a dispersão e fragmentação funcional e espacial.

Atualmente, muitas das áreas previstas para habitação, terciário e indústria estão expectantes e/ou abandonadas ou em processo de decadência. Esta situação deve-se, por um lado, ao

¹ Decreto Regulamentar 11/2009, de 29 de Maio.



sobredimensionamento dos perímetros urbanos, face a uma já esperada estagnação do crescimento da população e, por outro, à atual diminuição do poder de compra e investimento. Em contraponto a este recuo na procura de espaços urbanos, assiste-se a uma nova procura de funções em meio urbano, nomeadamente as designadas hortas sociais ou urbanas – por necessidade ou por moda – como espaços de produção e/ou de recreio.

A história da evolução das cidades e a sua imagem característica é reveladora das dinâmicas enunciadas (Freire e Ramos, 2013): a cidade contemporânea conjuga a cidade antiga, atualmente densa e coesa, com um espaço urbano periférico, entretanto fragmentado, fortemente infraestruturado e construído, com resposta a múltiplas funções (habitacionais, industriais, comerciais, culturais e recreativas).

A dinâmica enunciada é, de um modo geral, comum a grande parte dos perímetros urbanos em Portugal. Ilustraremos tais políticas urbanas e mudanças para a cidade de Évora, onde essas transformações são particularmente evidentes, no que diz respeito à resposta de funções terciárias e industriais e à recente procura de atividade agrícola.

2. O caso estudo da cidade de Évora

Évora é uma cidade portuguesa antiga, de interior e de média dimensão, essencialmente terciária. Apresenta um núcleo urbano antigo – denso e coeso, mas em processo de desertificação – em torno do qual se desenvolve a cidade contemporânea – uma cintura descontínua, fragmentada, de bairros e áreas industriais e de terciário que se expandiram em manchas isoladas (Figura 1).

A diferenciação entre o espaço urbano e o espaço rural foi clara enquanto a cidade se manteve dentro de muralhas, tornando-se depois mais ambígua ao longo do século XX, mesmo quando estabelecidos os perímetros urbanos.



Figura 1 – Paisagem de Évora, núcleo e periferia



2.1 Componente agrícola e solos agrícolas em meio urbano

A afirmação económica da cidade foi acompanhada não só pela componente de serviços e comércio, como pela componente agrícola. No passado, a utilização agrícola do solo desenhava zonas agrícolas, concêntricas e exteriores ao recinto urbano, de produção distinta, onde quintas, hortas, ferragiais, vinhas e pomares constituíam um importante meio de fornecimento de frutas e legumes frescos à cidade (Carapinha, 1995; Beirante, 1995; Teles, 1997). A consolidar esse significado juntam-se os espaços abertos privados (hortas, pomares e quintais) presentes no interior dos quarteirões e junto à parte interior mais periférica da muralha na cidade histórica. Esta evidência torna-se clara na envolvente da cidade, onde se identificam vastas áreas dos melhores solos agrícolas, com características de integração na RAN, nomeadamente os de classe de capacidade de uso A, B e Ch (Figura 2).

Nas últimas décadas, a alteração dos padrões de vida das populações determinou a procura de novas áreas residenciais, de comércio e de indústria, levando assim ao aumento dos perímetros urbanos, muitas vezes ocupando as áreas de melhores solos agrícolas RAN que, em simultâneo, foram perdendo expressão e importância. Um processo que é acompanhado pela classificação do solo² – entre rural ou urbano – a qual conduz a uma situação extraordinária: por um lado, a legislação vigente obriga à cartografia das áreas onde se integram os solos de características RAN e estabelece rigorosas medidas de proteção dessas áreas, nomeadamente no que se refere à sua não edificação; por outro, a partir do momento em que os municípios determinam a necessidade da sua reconversão para solo urbano (para dar resposta à estratégia de desenvolvimento municipal) e os inscrevem nos perímetros urbanos, esses solos são imediatamente desafetados das áreas de reserva agrícola nacional³ (Figura 3). Ainda que esta reconversão seja observada como de carácter excepcional, a partir do momento em que se define o perímetro urbano de um dado município, os solos nele integrados serão tidos como solo urbano, independentemente da sua classificação inicial.

² Uma classificação que é da responsabilidade dos municípios, no âmbito da elaboração ou revisão dos seus Planos Municipais de Ordenamento do Território.

³ Cf. Decreto Regulamentar 11/2009, de 29 de Maio.



Figura 2 – A verde, solos integráveis na RAN de Évora de acordo com o Decreto-Lei 73/2009 - classes de capacidade de uso A, B e Ch (nº 2 do artigo 8)

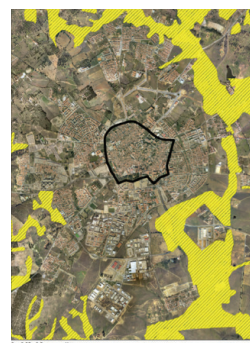


Figura 3 – A amarelo, áreas RAN identificadas na carta de condicionantes do PDM (2008), exteriores ao perímetro urbano de Évora

Na cidade de Évora, esta reconversão de solo rural em solo urbano assume particular importância, pelo facto de as áreas mais favoráveis à implementação de novas edificações coincidirem com as áreas mais baixas e mais planas – onde se integram (integravam) os melhores solos agrícolas RAN – as áreas mais a sul da cidade, onde ocorrem poucas áreas de exceção, de que é exemplo a grande área industrial no extremo sul do perímetro (Figuras 4 e 5). Assim, estas áreas de elevado potencial agrícola deixam de ter as suas funções identitárias agrícolas originais e passam a cumprir variadas funções urbanas para as quais não estão vocacionadas – com particular destaque para as habitacionais, industriais e terciárias, e só muito excepcionalmente espaços abertos urbanos onde a presença da natureza se evidencie, muitas das vezes inseridas na delimitação obrigatória da estrutura ecológica urbana municipal.

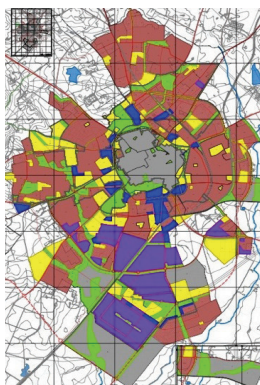


Figura 4 – Planta de zonamento (PDME, 2013). A roxo áreas de indústria, a azul áreas de terciário, a castanho áreas habitacionais, a amarelo áreas de equipamentos e a verde estrutura ecológica urbana

Este aumento dos perímetros urbanos consubstancia-se, assim, na perda de vastas áreas de reserva estratégica agrícola, com a inevitável impermeabilização de extensas áreas e prejuízo da tradicional componente agrícola (Figura 6).



Figura 5 – Área industrial, no extremo sul do perímetro urbano de Évora, em solos não abrangidos pela classificação RAN



Figura 6 – Periferia urbana de Évora, no sector Sul, mais aplanado, onde as mega estruturas comerciais se sobrepõem à imagem do perfil da cidade histórica

2.2 As mais recentes dinâmicas. Hortas urbanas

Esta realidade inequívoca das últimas décadas depara-se atualmente com outro tipo de questões associadas. A recente diminuição da capacidade económica da sociedade é acompanhada pela necessidade de uma maior aproximação à natureza em meio urbano, com expressão ao nível da implementação das já conhecidas hortas urbanas ou sociais, cujo interesse é insistentemente defendido, desde há décadas, pelo Professor Gonçalo Ribeiro Telles (Telles, 1957 e 1997). Esta é uma atividade que a população urbana tem respondido com franco empenho e expressão, e que envolve não só os domínios sociais e económicos (mais pronunciados em tempo de crise), como os ecológicos e os pedagógicos (fundamentais à vida nas cidades). Entendemos assim estas dinâmicas com um sinal contrário ao percurso seguido nas últimas décadas – em vez de espaços habitacionais, de indústria e de comércio, procuram-se atividades mais sustentáveis relacionadas com a agricultura em espaço urbano e assiste-se ao abandono e decadência de muitos daqueles espaços (Figura 7).

Também em Évora esta tendência se faz sentir, à semelhança do que acontece noutras áreas próximo das grandes cidades – onde cada vez mais surgem os arrendamentos municipais e privados de pequenos talhões de terras para a produção de produtos hortícolas e frutícolas (muitas vezes tomando a designação de hortas urbanas e hortas sociais). Os interessados são horticultores provenientes de todos os sectores de atividade (primário, secundário e terciário) e de todas as idades. Em resposta, no último ano o município dinamizou a prática agrícola em espaço urbano, no sector norte da cidade, em solos cujas características não são integráveis nas áreas de reserva agrícola nacional. Trata-se, para já, de um total de 15 600m² de terrenos municipais, dos quais foram já atribuídos 227 talhões de 45m² cada. Uma área



ainda pouco expressiva em termos absolutos mas de grande significado face a uma oferta ainda diminuta para superar a procura (Figura 8).



Figura 7 – Exemplo de um espaço abandonado em processo avançado de degradação



Figura 8 – Hortas urbanas recentemente implementadas no sector norte da cidade

Face a esta nova realidade e estes novos valores, é necessário que o município reavalie os usos e funções das áreas integradas no perímetro urbano, inicialmente potenciais áreas a classificar como áreas agrícolas mas reclassificadas como solo urbano – que foram edificadas e/ou fortemente impermeabilizadas e se encontram presentemente em processo de declínio ou abandono. O objectivo desta nossa proposta assenta na ideia de reconverter usos a que crescem valores – revigorar a cultura da terra, com valorização do património natural e cultural.

A sustentar esta proposta veja-se, a título ilustrativo, o significado dos valores relativos ao solo RAN, particularmente para áreas com uso industrial (atual ou a ele reservadas), que pode ser parcialmente recuperado, em Évora – uma análise particularmente importante na zona sul, onde a sua expressão é mais evidente. Uma observação imediata dos números permite verificar que aproximadamente 50% da área para indústria (consolidada e expansão) corresponde a áreas inicialmente de RAN, desafetadas para aquele uso (Figuras 9 e 10).



Figura 9 – Áreas industriais (consolidadas e previstas para expansão) num total de 167,3ha (PDME, 2013)



Figura 10 – Áreas RAN desafetadas para a indústria, num total de 83ha (PDME, 2013)



3. Conclusão

A análise efetuada conduz-nos a uma proposta assente na ideia de reconversão funcional de muitas das áreas construídas (agora em decadência) e/ou de áreas previstas nos planos de ordenamento para funções habitacionais, terciárias e industriais, bem como ao retorno às funções produtivas, ligadas à atividade agrícola em meio urbano. Nesta perspetiva é fundamental reequacionar (Freire e Ramos, 2013):

- A necessidade de expansão de áreas urbanas (habitacionais, industriais e terciárias) quando muitas delas se encontram em declínio;
- A possibilidade da sua **reconversão funcional**, nomeadamente através da sua total destruição e consequente alteração de solo urbano em rural (eventualmente reajustando o atual perímetro urbano) ou outra forma que permita a sua utilização como áreas agrícolas;
- A integração de áreas agrícolas no modelo de desenvolvimento urbano, podendo estas revelarem-se uma nova função na cidade (*cf.* defendido por Pinto, 2007), dando resposta programada a uma procura existente e ainda insuficiente e tirando partido dos benefícios que estas áreas proporcionam no espaço urbano.

Uma permuta funcional – com significado na valorização global da paisagem nos domínios ecológicos, sociais e culturais – sustentada na ideia de que o declínio ou fracasso de um dado espaço ou paisagem nos leva à atitude de reavaliar as funções e valores em presença.

Nota: Agradece-se ao Mestre Nuno G. Guiomar (UE) a produção das plantas relativas à RAN.

Referências bibliográficas

Beirante A (1995) *Évora na Idade Média*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, FCG/JNICT, Lisboa.

Carapinha A (1995) *Da essência do Jardim Português* Dissertação de Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem, vols. I e II, Universidade de Évora.

Freire, M, Ramos, I J (2013), “*Shocking ShoppingScapes*”, Proceedings da Conferência ShoppingScapes’13, eBook. Universidade Lusófona, Lisboa (em publicação).

Pinto, R (2007) *Hortas urbanas: Espaços para o desenvolvimento sustentável de Braga* Dissertação de Mestrado em Engenharia Municipal, área de especialização em Planeamento Urbanístico, Universidade do Minho.

Telles, G R (1957) *A importância actual da vegetação na cidade*. Revista AGROS, Ano XL, Março-Abril, nº 2, Número Especial dedicado à Arquitectura-Paisagista, Associação de Estudantes de Agronomia/Instituto Superior de Agronomia, Lisboa: 137-141.

Telles, G R (1997) Paisagem Global *In* Paisagem, DGOTDU, Lisboa: 29-45.